

ACÓRDÃO TC-478/2017 – SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO - TC-3714/2016

JURISDICIONADO - CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RESPONSÁVEIS - LUCIANO QUINTINO E LUIZ MARCELO SCARAMUSSA

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2015 – 1) REGULAR COM QUITAÇÃO PARA LUIZ MARCELO SCARAMUSSA – 2) REGULAR COM RESSALVA – QUITAÇÃO PARA LUCIANO QUINTINO – 3) DETERMINAÇÃO – 4) ARQUIVAR.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, sob a responsabilidade dos Srs. Luciano Quintino e Luiz Marcelo Scaramussa.

Os autos foram analisados pela Secretaria de Controle Externo de Contas - SecexContas que elaborou o Relatório Técnico Contábil – RTC nº 349/2016, fls. 3-18 e a Instrução Técnica Inicial – ITI nº 00908/2016, fls. 23, sugerindo a citação em razão dos seguintes achados:

- Déficit financeiro;

- Não conformidade entre valor da contribuição previdenciária patronal, evidenciado na folha de pagamento e o reconhecido na despesa orçamentária;
- Ausência de nota explicativa que justifique o cancelamento de valor retido de servidores e devido ao Regime Geral de Previdência Social.

Entendimento que foi acompanhando por este relator, conforme DECM nº 1.391/2016, fls. 24-25.

Após as justificativas apresentadas pelo gestor (fls. 31-35), a Secretaria de Controle Externo de Contas, através da Instrução Técnica Conclusiva – ITC nº 00905/2017, fls. 86-95, opinou pela regularidade das contas em relação ao Sr. Luiz Marcelo Scaramussa e regular com ressalvas para o Sr. Luciano Quintino, no exercício de 2015, o que foi integralmente acompanhado pelo Ministério Público de Contas, em Parecer de lavra do Procurador Dr. Luís Henrique Anastácio da Silva, fls. 99.

Em síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Os presentes autos cuidam de prestação de contas anual – ordenadores, da Câmara Municipal de Vargem Alta, referente ao exercício de 2015, portanto, estamos a apreciar “contas de gestão”.

Verifico que o feito encontra-se devidamente instruído. Foram observados todos os trâmites legais e regimentais, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito em atendimento aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

O artigo 75, da Constituição Federal, ao incluir as normas federais relativas à “fiscalização” nas que se aplicariam aos Tribunais de Contas dos Estados, entre essas compreendeu as atinentes às competências do TCU, nas quais é clara a distinção entre o artigo 71, I – de apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas do Chefe do Poder Executivo, a serem julgadas pelo Legislativo – e a do artigo 71,

II – de julgar as contas dos demais administradores e responsáveis, entre eles, os dos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Estamos, portanto, exercendo a competência insculpida no inciso II do art. 71 da Carta Magna, que cabe a este Tribunal de Contas do Espírito Santo. Ante a documentação conduzida aos autos, com as manifestações da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas, tornam-se necessárias algumas considerações, atinentes ao indicativo de irregularidade apontado, estando o mais em situação regular, senão vejamos:

1. DÉFICIT FINANCEIRO

Constatou a área técnica que os valores evidenciados no balanço patrimonial do exercício de 2015, em relação ao passivo e ativo, ao serem confrontados, apresentaram déficit de R\$ 2.523,53.

Alegou o justificante que a divergência se refere pagamentos de obrigações em curto prazo, a saber, conta de telefone que é debitada em automático, e acreditando que o débito se faria no ultimo dia do mês razão pela qual deixou de reservar receita para cumprimento no exercício posterior. Prestação de serviço de filmagem das sessões da Câmara Municipal, que por lapso da casa legislativa deixou de encaminhar a nota fiscal para a devida quitação no devido tempo. Houve ainda valor a ser descontado pelo INSS do segurado Sr. João Antônio de Angeli e outro valor referente ao saldo de vale-transporte descontado em 2015 e tendo sido compensado em março de 2016. Sobre os argumentos trazidos aos autos, o gestor apresentou documentos para cada obrigação, com o intuito de sanar o presente indicativo.

Diante da justificativa apresentada, e dos documentos revelados resta esclarecido que o presente indicativo deve ser mantido, visto que o próprio gestor admitiu que, por descuido, deixou de realizar o cumprimento das obrigações durante o exercício, mesmo com a disponibilidade, pois foi devolvido R\$ 176.121,34 à Prefeitura Municipal, portanto a falta de planejamento e transparência foi responsável pela

liquidação de débitos no exercício seguinte. Ante o exposto, entendo pela manutenção da irregularidade.

2. NÃO CONFORMIDADE ENTRE VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, EVIDENCIADO NA FOLHA DE PAGAMENTO E O RECONHECIDO NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

Foi verificado existir uma divergência no valor de R\$ 27.480,40 entre o valor empenhado, liquidado e pago evidenciado no balanço orçamentário, pertinente às contribuições previdenciárias do Poder Legislativo, quando comparado com a folha de pagamentos.

Em sua justificativa, declarou o defendente que os lançamentos apresentados com divergência, consistem em erro na emissão de arquivos, por ter utilizado filtros de sistema inadequados, e encaminhou novos relatórios com o filtro correto a esta Corte de Contas.

Diante da justificativa apresentada, e tendo em vista a Nota Técnica SEGEX 007/2014 que tem como aceitáveis variações entre valores retidos e recolhidos relativos às contribuições previdenciárias em até 10%, sendo que no presente há variação de 0,34%, portanto, entendo pelo afastamento da irregularidade.

3. AUSÊNCIA DE NOTA EXPLICATIVA QUE JUSTIFIQUE O CANCELAMENTO DE VALOR RETIDO DE SERVIDORES E DEVIDO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Foi constatado que no demonstrativo da dívida fluante havia cancelamento injustificado do valor de R\$ 6.126,40 pertinente às contribuições previdenciárias retidas de servidores e não recolhidas ao INSS.

O responsável aduz, em suas justificativas, que o valor em questionamento trata-se de pagamento duplicado em 2014, por ter deixado de ser registrado na contabilidade no momento em que ocorreu o fato, somente sendo corrigido no exercício de 2015.

As justificativas apresentadas pelo gestor são suficientes para elidir a inconsistência, uma vez que ao fazer a verificação na SEFIP relativo à época em que ocorreu segundo o gestor o pagamento duplicado, vê-se que foram promovidos os ajustes inicialmente, e que, portanto, fica esclarecida a origem do cancelamento de contribuições previdenciárias retidas dos servidores, e por consequência entendo pela **regularidade quanto a este item**.

DECISÃO

Ante ao exposto, acompanhando o entendimento da Área Técnica e Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** para que sejam julgadas **REGULARES** a Prestação de Contas de responsabilidade do Sr. Luiz Marcelo Scaramussa e **REGULARES COM RESSALVAS**, sob a responsabilidade do **Sr. Luciano Quintino**, da Câmara Municipal de Vargem Alta, relativas ao **exercício de 2015**, nos termos do art. 84, inciso II da Lei Complementar 621/2012, **dando quitação ao responsável**, nos termos do art. 86 do mesmo diploma legal.

Voto ainda, para que seja encaminhada ao atual gestor, a seguinte **DETERMINAÇÃO**, que deverá ser objeto de monitoramento por esta Corte:

- Que o jurisdicionado cumpra as normas contábeis e da Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que sejam respeitados os dispositivos que versam sobre o equilíbrio das contas públicas.

Dê-se ciência ao interessado e, após o trânsito em julgado, **arquive-se**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3714/2016, **ACORDAM** os Srs. conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, à unanimidade, nos termos do voto do relator, conselheiro Domingos Augusto Taufner:

- 1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Vargem Alta, sob a responsabilidade do Sr. Luiz Marcelo Scaramussa, relativa ao exercício de 2015, nos termos do art. 84, inciso II da Lei Complementar 621/2012, dando-lhe a devida **quitação**, nos termos do art. 86 do mesmo diploma legal;
- 2. Julgar regular com ressalva** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Vargem Alta, sob a responsabilidade do Sr. Luciano Quintino, relativa ao exercício de 2015, nos termos do art. 84, inciso II da Lei Complementar 621/2012, dando-lhe a devida **quitação**, nos termos do art. 86 do mesmo diploma legal;
- 3. Determinar** ao atual gestor que cumpra as normas contábeis e da Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que sejam respeitados os dispositivos que versam sobre o equilíbrio das contas públicas, sendo objeto de monitoramento por esta Corte;
- 4. Arquivar** os autos após o trânsito em julgado.

Composição Plenária

Reuniram-se na Segunda Câmara para julgamento os senhores conselheiros Sérgio Manoel Nader Borges, presidente, Domingos Augusto Taufner, relator, e José Antônio Almeida Pimentel. Presente, ainda, o senhor procurador especial de contas Luis Henrique Anastácio da Silva, em substituição ao procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2017.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Relator

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

Fui presente:

PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Em substituição ao procurador-geral

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

Secretário-adjunto das sessões